

Minas estabelece regras mais rígidas para presos faccionados e adapta seis penitenciárias ao padrão de segurança máxima

Qua 08 abril

Minas Gerais passa a adotar regras mais rígidas para presos ligados a facções criminosas, com mudanças que limitam a comunicação com o mundo externo e ampliam o controle dentro das unidades prisionais. A nova regulamentação, publicada nesta semana, adapta no estado a Lei Federal Antifacção, sancionada no fim de março, e cria um modelo específico de custodiamento para esse perfil de detento.

As diretrizes foram apresentadas pela [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais \(Sejusp MG\)](#) nesta quarta-feira (8/4), em coletiva realizada na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte. A proposta prevê a adequação de seis penitenciárias já existentes ao padrão de segurança máxima - modelo que já é adotado no sistema federal.

“Quando você impede a comunicação externa, corta um dos principais mecanismos de atuação das facções criminosas. Isso enfraquece diretamente essas organizações”, afirmou o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco.

Entre as principais mudanças está o fim do contato físico nas visitas. A partir de agora, os encontros passam a ocorrer exclusivamente de forma virtual ou em parlatórios, com separação total entre presos e visitantes. Todas as interações serão monitoradas. Também fica proibida a entrada de alimentos, itens de higiene ou qualquer outro material entregue por familiares. Para garantir a assistência, o Estado fornece integralmente esses itens e incluirá uma quinta refeição diária extra para essas unidades de segurança máxima.

O atendimento jurídico segue assegurado, mas com protocolos mais rígidos, sem contato físico e com restrição à entrada de objetos, respeitando as prerrogativas legais da advocacia.

De acordo com o diretor-geral do [Departamento Penitenciário de Minas Gerais \(Depen-MG\)](#), Leonardo Badaró, a medida também amplia o uso de tecnologia e Inteligência no sistema prisional. “Estamos elevando o nível de segurança com bloqueadores de celular, monitoramento por câmeras e atuação integrada da Inteligência. A centralização desses presos impede o avanço das facções dentro das unidades”, destacou.

A previsão é de que as seis penitenciárias já utilizadas para esse perfil de custodiado passem por adequações no prazo de até 180 dias. O modelo já começa a ser aplicado na unidade de Francisco Sá, no Norte de Minas, que funciona como projeto piloto, com uso de bloqueadores de sinal, videomonitoramento ampliado e reforço operacional.

Com a iniciativa, o Estado busca impedir que lideranças criminosas continuem atuando de dentro

do sistema prisional e fortalecer o controle sobre organizações que tentam expandir suas atuações, agregando novos membros dentro unidades prisionais mineiras.